



INSTRUÇÕES ESPECÍFICAS QUE REGULAMENTAM O CONCURSO PÚBLICO

Estas Instruções Específicas, o Edital nº 183/2014 e a Resolução nº 13 – CONSU alterada pela Resolução nº 16 de 11/07/2014, disciplinarão o Concurso Público da classe de Professor Classe A – Adjunto A, não cabendo a qualquer candidato alegar desconhecê-lo.

ÁREA DE CONHECIMENTO: CIÊNCIAS DA NATUREZA, ENSINO DE QUÍMICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO

CURSO: Licenciatura em Educação do Campo

LOCAL: Campus Diamantina e cidades polos

GRUPO: Magistério Superior

CATEGORIA FUNCIONAL: Professor Ensino Superior

CLASSE: Professor Classe A – Adjunto A

REGIME DE TRABALHO: Dedicção exclusiva

1. DA TITULAÇÃO

Licenciatura em Química ou biologia. Doutorado nas seguintes áreas: em Química, Bioquímica, Fisiologia, Biologia Molecular, Educação, Ensino de Ciências ou Ensino de Química.

2. DO CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2.1. Matéria e energia, biocombustíveis e geração de energias alternativas, em uma proposta contextualizada para a educação no campo.

2.2. Água: contaminações, manejos e tratamentos, aplicados ao ensino de Ciências da Natureza no contexto da educação do campo.

2.3. Abordagem química no estudo do solo com enfoque CTS (Ciência Tecnologia e Sociedade), agrotóxicos e pesticidas no contexto do campo.

2.4. Poluição do ar, alterações climáticas e a educação pela pesquisa no ensino das Ciências da Natureza no contexto da educação do campo.

2.5. Bioquímica: biomoléculas, nutrição, metabolismo e fermentação, aplicada para educação do campo.

2.6. Química dos alimentos: processamento e conservação, aplicado ao ensino de Ciências da Natureza no contexto da educação do campo.

2.7. A formação de química do professor de ciências em educação do campo com ênfase



no ensino de Ciências da Natureza.

2.8. Novas tecnologias no ensino de química e de ciências da natureza na educação do campo.

2.9. O percurso histórico e a contemporaneidade da tecnologia química, incluindo suas conexões com a vida no campo.

2.10. As bases químicas da hereditariedade e a manipulação gênica na ciência contemporânea. Relações com o contexto do campo.

3. ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS

O Projeto de Atividades Acadêmicas deve conter:

- Trajetória acadêmica do candidato, indicando o percurso realizado em ensino, pesquisa e extensão de forma a justificar a proposta de uma linha de pesquisa/extensão com ênfase em educação do campo.
- Delimitação do tema de pesquisa/extensão e sua relevância para a Educação do Campo no contexto do Vale do Jequitinhonha
- Descrição das metodologias de pesquisa a serem adotadas priorizando os enfoques participativos de pesquisa/extensão.
- No máximo 10 (dez) páginas, no formato Times New Roman 12, espaço 1,5, papel A4 com margens laterais, superior e inferior de 2,5.

4. SUGESTÕES DE BIBLIOGRAFIA

Educação do Campo

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel e MARTINS, Aracy Alves. *Educação do Campo: desafios para formação de professores*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2009.

ARROYO, Miguel. Pedagogias em movimento: o que temos a aprender dos Movimentos Sociais?. *Currículo sem Fronteiras*, v.3, n.1, p. 28-49, Jan/Jun, 2003.

BEGNAMI, João Batista. Experiência das Escolas Famílias Agrícolas - EFAs do Brasil. In: *Pedagogia da Alternância: Formação em Alternância e Desenvolvimento Sustentável*. Brasília: UNEFAB, 2002.

CALDART, Roseli, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Gaudêncio, FRIGOTTO. *Dicionário da educação do campo*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DAMASCENO, Maria Nobre; BESERRA, Bernadete. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.1, p. 73-89, jan./abr., 2004.



FOERSTE, Gerda Margit; CALIARI, Rogério (Orgs). Colaboradores: Ademar Bogo et al. *Introdução à Educação do Campo: povos, territórios, saberes da terra, movimentos sociais, sustentabilidade*. Vitória, ES: UFES, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2009. p. 83-85.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Irmão; MOLINA, Mônica Castagna. (Orgs.). *Por uma educação básica do campo*. v. 1. Brasília, 2002.

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. *Educação do campo: identidade e políticas públicas*. 2a Ed. ANCA: São Paulo, 2002.

KOLLING, Edgar J.; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S. (Orgs.) *Educação do Campo: identidade e políticas públicas*. Brasília, DF: Articulação nacional Por Uma Educação do Campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, no 4.

NASCIMENTO, C. G: **Escola família agrícola**: uma resposta alternativa à educação do meio rural. http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/agro/Q02_escola.html. Acessado em 31/05/2014.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Azevedo de. *Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo*. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

MST. *I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo*. CNBB - MST - UNICEF - UNESCO - UnB. Luziânia/GO, 27 a 31 de julho de 1998.

MST. *II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo*. Declaração final (versão plenária). Por Uma Política Pública de Educação do Campo. Luziânia, GO, 2 a 6 de agosto de 2004.

RIBEIRO, Vândiner; PARAÍSO, Marlucy Alves. A produção acadêmica sobre Educação do Campo no Brasil: currículos e sujeitos demandados. *Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 2, Mai./Set., 2012.

RIBEIRO, Vândiner. (Re)inventando saberes na sala de aula. *Presença pedagógica*, Belo Horizonte, v. 19, n. 113, p.36-43, 2013.

ROCHA, M. I. A.; SANTOS, I. F. Dos. Marcos regulatórios da educação do campo no Brasil: análise e percepções. *Revista da Formação por Alternância*, Brasília, DF, v. 6, n. 11, p. 17-23, jul. 2011.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon. (orgs.). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

SOUZA, J. V. A. Pedagogia da Alternância: Uma alternativa consistente de escolarização rural?. In: *31ª Reunião anual da ANPED*. Anais... Caxambu: Anped, 2008. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). 2008, 16p



Legislação em Educação do Campo

BRASIL. Referências para uma política nacional de educação do campo. Caderno de subsídios, 2003. Disponível em: <<http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=ReferC3%AAncias+para+uma+pol%C3%ADtica+nacional+de+educaC3%A7%C3%A3o+do+campo+caderno+de+subs%C3%ADdios2C+2003.&source=web&cd=1&ved=0CFIQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mda.gov.br%2Fo%2F3998461&ei=B-XCT-MFubD6gGhzazBCg&usg=AFQjCNHLUP2m7UVIjd5qJJKT7U%20N2QTwpOQ>>. Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. Resolução No 3, de 9 de Julho de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/rceb003_08.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2010.

BRASIL. Resolução No 4, de 13 de julho de 2010. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12992:diretrizes-para-a-educacao-basica&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 15 jun. 2010.

BRASIL. Parecer CEE/CEB nº 1011/2010 de 06/10/2010. Brasil. Presidência da República. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Decreto No 7.352, de 4 de Novembro de 2010.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº 36/2001, aprovado em 4 de dezembro de 2001. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/EducCampo01.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Parecer CNE/CEB nº 23/2007, aprovado em 12 de setembro de 2007. Consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

Parecer CNE/CEB nº 3/2008, aprovado em 18 de fevereiro de 2008. Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pceb003_08.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2014.

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2014.

E demais legislações pertinentes.



Bibliografia específica em Ciências da Natureza e Ensino de Química

BAIRD, Colin. **Química ambiental**. Porto Alegre: Bookman, 2011.

BETTELHEIM, Frederick A.; BROWN, William H.; CAMPBELL, Mary K.; FARRELL, Shawn O. **Introdução à química geral**. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BOBBIO, Paulo A. **Química do processamento de alimentos**. São Paulo: Varela, 1992.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referências para uma política nacional de educação do campo**: caderno de subsídios/ coordenação: Marise Nogueira Ramos, Telma Maria Moreira, Clarice Aparecida dos Santos. – Brasília: Secretaria de Educação Média e Tecnológica, Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo, 2004. p. 48.

DAMODARAN, Srinivasan. **Química de alimentos de Fennema**. Porto Alegre: ARTMED, 2010.

LINDEMANN, R. H.; MARQUES, C. A. A contextualização e educação ambiental no ensino de química: implicações na Escola do Campo. **VII ENPEC**, Florianópolis, 2009.

LINDEMANN, R. H. **Ensino de química em escolas do campo com proposta agroecológica**: contribuições a partir do referencial freireano de educação. Tese (Doutorado em Educação Científica e Tecnológica) – UFSC, Florianópolis, 2010.

ROCHA, Julio César. **Introdução à química ambiental**. Porto Alegre: Bookman, 2009.

SANTOS, Wildson Luiz Pereira dos; SCHNETZLER, Roseli Pacheco. **Educação em química**: compromisso com a cidadania, Editora Ijuí, RS: Unijuí, 2003.

SILVA, Juarez de Souza. **Produção de álcool na fazenda**: equipamentos, sistemas de produção e usos. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2011.

SPIRO, Thomas G. **Química ambiental**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

ATENÇÃO: A bibliografia indica é apenas uma referência. É recomendável que o candidato busque outras fontes. Não será permitida consulta bibliográfica durante a prova escrita.

aplicação da prova escrita.